



Líderes tentam votar Orçamento ainda este ano

Após STF esclarecer que “fila” de 3 mil vetos só se aplica à questão dos royalties, parlamentares buscam saída para definir proposta orçamentária hoje ou segunda-feira

A convocação do Congresso, que começa o recesso domingo, seria uma alternativa para não deixar para fevereiro a votação da proposta orçamentária de 2013, caso o exame não aconteça hoje. Outra saída seria encarregar a Comissão Representativa de votar o projeto, cujo relatório final foi aprovado ontem na Comissão Mista de Orçamento.

A busca pela definição começou porque o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, explicou que sua liminar não impede análise de propostas como o Orçamento. “Minha decisão limitou-se a suspender a votação do veto dos royalties antes que os 3 mil vetos pendentes fossem apreciados”, disse. O impasse gerou críticas de senadores ao Congresso. **4 e 5**



Canal do Porto de Santos

Navio chega ao Porto de Santos (SP): EPL cuidará da logística de transportes

Dilma sanciona criação de estatal para logística de transportes

A presidente Dilma Rousseff sancionou o projeto que transforma a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (Etav) na Empresa de Planejamento e Logística (EPL). Além de

cuidar do trem-bala que ligará Campinas, São Paulo e Rio, a estatal reorganizará a logística nacional de rodovias, ferrovias, hidrovias e portos. Senadores criticaram o presidente da EPL. **3**

Waldemir Barreto/Agência Senado



Sarney (C) conduz sessão em que, simbolicamente, foram devolvidos os mandatos aos senadores cassados pela ditadura

Casa homenageia senadores cassados

Em ato simbólico, o Senado devolveu o mandato aos oito senadores que tiveram os direitos políticos cassados pela ditadura militar. Dos oito, apenas um está vivo — Marcello Alencar. Os homenageados foram representados por familiares. O ex-presidente e ex-senador Juscelino

Kubitscheck, por exemplo, foi representado pela filha Maria Estela. “Hoje, mais de 40 anos passados do dia de sua cassação, ele está aqui de volta conosco”, disse ela. De acordo com o presidente do Senado, José Sarney, a devolução dos mandatos é “uma questão de justiça”. **8**



Encarte: Projeto do Interlegis já alcançou meta para 2013

TV Senado mostra documentário sobre as primeiras viagens ao Brasil

A série *Brasil no olhar dos viajantes* estreia amanhã, às 21h30, apresentando a construção da identidade nacional e da imagem do Brasil perante o mundo. **2**

Grupo preparará campanha para o SUS de prevenção a queimadura **6**

Senadores fazem balanço dos trabalhos das comissões no ano **7**

Exposição retrata gestões de Sarney à frente do Senado **2**

Vetada proposta que muda regras para saque do PIS-Pasep **3**

Vão para promulgação projetos de sete acordos internacionais

Entre as propostas aprovadas, está a que ratifica o acordo assinado pelo Brasil

com a Comunidade Europeia de Energia Atômica sobre pesquisa científica. **7**

Exposição mostra gestões de Sarney no Senado

Presidente da Casa afirma que sempre buscou a modernização e que os trabalhos realizados pela equipe de servidores objetivam colocar o Senado cada vez mais a serviço do povo brasileiro

FOI INAUGURADA NA terça-feira a exposição *Modernidade no Senado Federal — presidências de José Sarney*, composta por 76 painéis que tratam de ações, iniciativas e avanços tecnológicos ocorridos na Casa nos quatro mandatos em que Sarney esteve à frente da Mesa: de 1995 a 1997, de 2003 a 2005, de 2009 a 2011 e de 2011 a 2013.

A mostra está dividida em três partes: “Comunicação para todos”, “Modernidade no processo legislativo” e “Transparência na administração”.

Na solenidade de abertura, Sarney elogiou o quadro de profissionais do Senado, segundo ele, “o melhor do funcionalismo público do país”.

— A exposição é representativa do grande trabalho da equipe que tem o Senado Federal. Eu apenas participei dessa equipe. O Senado é o

coração da Federação porque representa os estados do Brasil e nós temos orgulho de ter os melhores quadros de recursos humanos do país aqui reunidos, com o grande objetivo de que, cada vez mais, o Senado seja uma Casa moderna a serviço do povo — disse.

Direção do futuro

Sarney também falou sobre o que considera ser sua principal preocupação como presidente do Senado:

— Sempre a de olhar para a modernização da Casa, com olhos de 360 graus e que olhem sempre na direção do futuro. Durante esses oito anos obtive apoio de uma equipe da qual sempre cobrei resultados, mas sempre proporcionando liberdade a cada um dos servidores e dirigentes.

Segundo a curadora e diretora da Biblioteca, Simone

Bastos Vieira, a realização da exposição conclui o trabalho de seis meses de levantamento de dados de uma equipe inteiramente composta de servidores do Senado.

O diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), Fernando Cesar Mesquita, considerou que Sarney é atento à prestação de contas e a responder ao compromisso do Senado com a sociedade.

— Graças a Sarney, o país sabe hoje o que é a democracia representativa — afirmou.

Mesquita lembrou a criação da Secs, em 1995, e a evolução de seus veículos. Destacou outros serviços de comunicação prestados, como o Alô Senado, da Secretaria de Pesquisa e Opinião, a Secretaria de Relações Públicas e o uso das redes sociais. O diretor também destacou o papel da Ouvidoria, criada em 2011.



Claudia Lyra, secretária-geral da Mesa do Senado, discursando na cerimônia

Sala da Taquigrafia recebe nome da ex-servidora Gelda Lyra Nascimento

O espaço que abriga a Secretaria de Taquigrafia agora tem nome: Gelda Lyra Nascimento, em homenagem à ex-chefe do setor e servidora da Casa de 1960 a 1991.

A cerimônia de descerramento da placa foi realizada ontem e serviu para registrar a reforma das instalações e a implantação do processo legislativo eletrônico na unidade.

— Ao inaugurarmos a sala de taquigrafia, reformada e

com instalações modernas, é oportuno homenagearmos Gelda Lyra, uma taquígrafa que é modelo a ser seguido — disse o presidente do Senado, José Sarney.

Nascida em 1924, em João Pessoa, ingressou no Senado em 1960. Morreu em 1991.

— Me emociona o nome da minha mãe, que se esforçou pelo Senado, ficar registrado nas paredes da Casa — disse Claudia Lyra, secretária-geral da Mesa e filha de Gelda.

TV estreia documentário com relatos das primeiras viagens feitas ao Brasil

A série *Brasil no olhar dos viajantes* estreia amanhã, às 21h30, na TV Senado. O primeiro episódio é um documentário de 60 minutos sobre a influência que os relatos das primeiras viagens feitas ao país, entre os séculos 16 e 18, tiveram na construção da identidade nacional, da imagem do Brasil perante o mundo e os próprios brasileiros.

Apesar da restrição de

Portugal à vinda de outros europeus após o descobrimento, navegantes franceses e holandeses, em tentativas de colonização, e também ingleses e aventureiros, como o alemão Hans Staden, deixaram registros de passagem por terras brasileiras. O programa será reprisado domingo, às 12h30; segunda, às 9h; terça, às 17h; dia 29 às 14h30; dia 30, às 20h30; e dia 31, às 23h.

DIRETORES DO SENADO ENTREGAM PRESENTE DE NATAL A SARNEY

O livro *Bíblia: citações*, do artista Carlos Araújo, foi o presente de Natal dos diretores do Senado ao presidente da Casa, José Sarney. Ao receber a obra das mãos da diretora-geral, Doris Peixoto, e da secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, ontem, ele agradeceu a colaboração de todos os diretores e funcionários durante

a sua quarta gestão à frente do Senado: — Não gosto de olhar para trás, e sim para a frente. Mas levo saudade de todos aqueles que trabalharam conosco. Além das virtudes profissionais do pessoal da Casa, gostaria de ressaltar as suas qualidades humanas. Jamais esquecerei esse gesto de bondade e carinho.



Composta por 76 painéis, mostra tem foco em ações pela transparência e cidadania e pode ser visitada até 25 de janeiro

Secretária-geral enumera inovações na área de processo legislativo

Na inauguração da exposição, a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, citou inovações promovidas na área do processo legislativo durante os mandatos de Sarney como presidente da Casa, como a pauta diária do Senado, a publicação do *Diário do Senado* e do *Diário do Congresso* na internet, a modernização da legislação e a realização de quadros comparativos entre textos dos projetos.

Também destacou a adoção da assinatura digital, as notas taquigráficas em tempo real, a explicação das ementas das proposições, a criação da Ouvidoria, a publicação de informações em dados abertos, a implementação do portal e-Cidadania (que aumenta os canais de interação com os cidadãos) e a modernização do *Relatório Anual da Presidência*, com a extração automática de informações diretamente do banco de dados da instituição.

Diretora destaca ações de diversos órgãos da Casa pela transparência

A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, destacou ações realizadas por diversas unidades da Casa que estão retratadas na parte da exposição dedicada ao tema “Transparência”, desde a publicação de obras sobre a história e a cultura brasileiras até a abertura do arquivo à sociedade.

— A mostra detalha o desenvolvimento nas áreas de tecnologia da informação, capacitação e sustentabilidade e apresenta as conquistas nas áreas de governança e gestão por resultados, com desburocratização, eficiência,

racionalidade e economia. A evolução na gestão de pessoas, realização de concursos públicos e a prestação de contas também compõem o tema — destacou.

Estiveram na inauguração os senadores Zeze Perrella (PDT-MG), Francisco Dornelles (PP-RJ), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Ana Amélia (PP-RS).

Aberta ao público, a exposição vai até 25 de janeiro, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, no Anexo 2



Doris Peixoto fala durante a solenidade de abertura da exposição

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO

9h Sem votação de matérias, a sessão de hoje, não deliberativa, é destinada a pronunciamentos de senadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Empresa será responsável por reorganizar a utilização de rodovias, ferrovias, hidrovias e portos e executará obras do trem de alta de velocidade entre Rio e São Paulo

Dilma sanciona criação da estatal da logística

A PRESIDENTE DILMA Rousseff sancionou o projeto que transforma a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (Etav) na Empresa de Planejamento e Logística (EPL). A matéria se tornou a Lei 12.743/12.

A lei prevê novas atribuições para a EPL, como reorganizar a logística de rodovias, ferrovias, portos e hidrovias. Além disso, a empresa deve coordenar, fiscalizar, administrar e até executar as obras de infraestrutura e superestrutura dos trens de alta velocidade, os trens-bala. A EPL poderá explorar o serviço desses trens, será organizada em forma de sociedade anônima de capital fechado e terá sede em Brasília.

Os partidos oposicionistas têm criticado a ideia de a União bancar obras com uma relação custo/benefício considerada desvantajosa. O leilão do trecho



Rodovia Régis Bittencourt, que liga São Paulo ao Paraná: nova estatal cuidará da logística de transportes do país

que ligará Rio, São Paulo e Campinas já foi adiado três vezes por falta de interessados.

Durante a votação em Plenário, no fim de novembro, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) classificou o projeto do trem-bala de “megalomaniaco”.

O nome escolhido por Dilma

para dirigir a EPL também tem causado discordâncias. É o ex-presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) Bernardo Figueiredo, que teve sua recondução para a agência rejeitada pelo Senado.

Roberto Requião (PMDB-PR) é um dos maiores críticos do

diretor. Em discursos no Plenário, ele lembrou que o indicado cometeu “irregularidades e malfeitos” em seu primeiro mandato como diretor-geral da ANTT e citou a representação da Procuradoria-Geral da República (PGR) apontando que a agência omitiu-se da tarefa de

regular e fiscalizar os contratos de concessão ou arrendamento do transporte ferroviário de cargas. Além disso, Figueiredo teria atuado em favor da concessionária privada América Latina Logística (ALL).

Lei Seca

Dilma Rousseff também sancionou ontem mudanças na Lei Seca, tornando mais duras as punições para quem dirige embriagado. A decisão deve ser publicada hoje no *Diário Oficial da União*. Outra lei sancionada pela presidente, esta na quarta-feira, foi a 12.745/12, que prevê a possibilidade de exigência de produtos e serviços nacionais nos contratos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), além de autorizar o uso do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) para despesas do SUS.

Presidente veta proposta que muda saques do PIS-Pasep

Enquanto o Congresso decide como proceder em relação aos mais de 3 mil vetos presidenciais acumulados desde 1994, a presidente Dilma Rousseff acrescentou três itens à lista, publicados no *Diário Oficial da União* de ontem.

A presidente vetou integralmente a redução da idade mínima para o saque do saldo das contas do Programa de Integração Social (PIS) ou do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

(Pasep). O PLS 216/07, do senador Paulo Paim (PT-RS), reduziria o limite de 70 para 60 anos.

Segundo análise dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, que embasou o veto, a alteração “traria impacto negativo ao patrimônio do Fundo de Participação PIS-Pasep e, conseqüentemente, aos recursos disponíveis ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)”.

Também foi integralmente

vetado o PLS 225/11 — Complementar, do senador José Pimentel (PT-CE), que modificava a Lei de Responsabilidade Fiscal para autorizar os estados a gastar até 2% da receita corrente líquida com pessoal da Defensoria Pública. Os recursos sairiam integralmente do montante destinado ao Executivo (49%).

A razão do veto foi a oposição dos próprios secretários de Fazenda dos estados, que apresentaram estudos técnicos

apontando que a redução do percentual de comprometimento da receita líquida para o Executivo “ensejaria sérias dificuldades para as finanças subnacionais”.

Dilma fez um veto parcial ao PLC 60/12, do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), transformado na Lei 12.744/12, que estabelece regras mais flexíveis para contratos de construção ajustada, envolvendo imóveis urbanos não residenciais. Com a nova norma, a Lei do

Inquilinato estabelece não só que esse tipo de locação terá prazo determinado, mas também que prevalecerão as condições livremente pactuadas entre o proprietário do imóvel e o inquilino empreendedor no contrato pré-ajustado.

A presidente vetou um dispositivo que exigia que os contratos fossem levados ao Registro de Títulos e Documentos, o que foi considerado pelo Ministério da Justiça um ônus, “contrário à finalidade do projeto”.



Dornelles apoia concessão de aeroportos de Confins e do Galeão

Francisco Dornelles (PP-RJ) manifestou apoio à concessão dos aeroportos do Galeão, no Rio, e de Confins, em Minas. A medida faz parte do plano do governo para ampliar investimento no setor aeroportuário.

Dornelles afirmou ser de extrema importância aumentar o nível de investimento no Brasil e explicou que não há a possibilidade de o país ter uma taxa de crescimento sustentado sem o aumento dos investimentos.

— Esse nível de investimento só poderá ser aumentado com a participação ativa do setor privado e, principalmente, na área de infraestrutura de portos, de aeroportos, de rodovias e de ferrovias.



Souza: programa do governo aumentará tráfego em portos

Sérgio Souza (PMDB-PR) comemorou o anúncio do governo de um investimento de R\$ 54 milhões no setor portuário. Os investimentos, públicos e privados, serão feitos de forma escalonada até 2017. Uma das mudanças destacadas pelo senador é o fim das outorgas como critério de licitação, na tentativa de aumentar a eficiência e a competitividade do setor.

— O objetivo principal do pacote é o aumento da movimentação de cargas, com regras claras e precisas, eliminando as barreiras da entrada e aumentando o número de participantes no setor — afirmou.



Cassol critica Petrobras por compra de refinaria nos Estados Unidos

Ivo Cassol (PP-RO) comentou reportagem da revista *Veja* segundo a qual a Petrobras teve mais de US\$ 1 bilhão de prejuízo na compra de uma refinaria sucateada no Texas.

— Tem parte desse dinheiro que é do Estado, da população.

Segundo a revista, em 2006 a Petrobras comprou 50% de uma refinaria em Pasadena. A dona da outra metade era a belga Astra Oil. Pelo contrato, a Petrobras teve de pagar pelas ações da sócia quando ela desistiu do negócio, em 2011. A estatal já “enterrou” em Pasadena US\$ 1,18 bilhão, segundo a revista. Ao tentar vender a refinaria, a única oferta recebida teria sido de US\$ 180 milhões.



Dilma não exerce a liderança que lhe cabe, afirma Alvaro Dias

Em discurso no Plenário, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que a presidente Dilma Rousseff não tem exercido a liderança que lhe cabe em virtude do cargo.

Na avaliação do senador, o Poder Executivo se ausenta de debates e negociações importantes para o país.

— A presidente Dilma Rousseff não tem aptidão para o exercício da liderança política, não exerce a liderança de presidente da República para administrar conflitos. Esteve ausente do debate da redistribuição dos royalties. Não comparece e escolhe mal quem a representa — afirmou o senador.



Ao avaliar o ano 2012, Simon cita mensalão e CPI do Cachoeira

Pedro Simon (PMDB-RS) fez ontem uma avaliação do ano de 2012, destacando a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do mensalão. Ele lembrou que a maior parte dos atuais ministros do STF foi indicada pelos presidentes Lula e Dilma e disse que a condenação de muitos réus ligados ao PT mostra a imparcialidade dos integrantes da Corte.

O senador lamentou a conclusão dos trabalhos da CPI do Cachoeira sem indiciamentos e lembrou que chegou a pedir à Comissão de Ética para investigar os integrantes da CPI, pois “todos comentam os arranjos macabros que foram feitos”.

Depois que o Supremo Tribunal Federal esclareceu que a liminar sobre veto à Lei dos Royalties não impede outras votações do Congresso, mas apenas as relativas aos vetos presidenciais, parlamentares tentam rever a decisão de adiar para fevereiro a votação da proposta orçamentária. Exame pode acontecer hoje ou segunda-feira, primeiro dia útil do recesso parlamentar

Líderes negociam saída para votar o Orçamento da União ainda este ano

NÃO ESTÁ DESCARTADA a possibilidade de o Orçamento da União para 2013 ser votado hoje ou segunda-feira. Os líderes partidários e o relator-geral do Orçamento, senador Romero Jucá (PMDB-RR), passaram a discutir alternativas depois que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux esclareceu que a liminar que impediu a votação do veto à Lei dos Royalties não bloqueia as demais votações do Congresso, mas apenas os vetos presidenciais.

— Se houver número para reunir Câmara e Senado, podemos votar o Orçamento amanhã (*hoje*) ou segunda-feira — disse o presidente do Senado, José Sarney.

Uma sessão na segunda-feira, quando o Congresso já vai estar em recesso, exigiria convocação extraordinária dos parlamentares. Ainda não se falou numa possível convocação para depois do Natal. Sarney explicou que ainda não há

decisão em relação a uma possível convocação extraordinária.

Sobre a possibilidade de passar a responsabilidade do Orçamento à Comissão Representativa do Congresso, designada para representar o Senado e a Câmara durante o recesso, Sarney admitiu que é possível.

— É uma das hipóteses. Eu acho que os órgãos da Casa estão também colaborando para verificar se a comissão tem atribuições de votação do Orçamento — afirmou Sarney.

“Prejuízos”

Na quarta-feira, a decisão era que tanto os vetos presidenciais quanto o Orçamento só seriam votados em fevereiro, mas ontem Jucá advertiu para “prejuízos irreversíveis” que o país teria ao começar o ano sem a peça orçamentária aprovada e pronta para execução. Sarney enviou ofício a Fux solicitando esclarecimento sobre o alcance da liminar, já que

até quarta-feira se acreditava que a decisão liminar do ministro do STF bloqueava todas as votações no Congresso.

Depois de reunião com o presidente do Senado, a primeira-vice-presidente do Congresso, deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), mostrou-se cética em relação à possibilidade de a Comissão Representativa assumir a votação do Orçamento. No entanto, o Regimento Comum do Congresso estabelece que à comissão compete “exercer outras atribuições de caráter urgente, que não possam aguardar o início do período legislativo seguinte sem prejuízo para o país ou suas instituições”.

Sarney disse que a Consultoria do Senado está estudando a possibilidade legal de a Comissão Representativa votar o Orçamento. A comissão terá 19 deputados e 9 senadores: José Sarney (PMDB-AP), Renan Calheiros (PMDB-AL), Valdir Raupp (PMDB-RO), Walter Pinheiro (PT-BA), Anibal Diniz (PT-AC), Epitácio Cafeteira (PTB-MA), Raulo Rodrigues (PSOL-AP), Gim (PTB-DF) e Alvaro Dias (PSDB-PR). Os suplentes são Romero Jucá (PMDB-RR), Lobão Filho (PMDB-MA), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Acir Gurgacz (PDT-RO), Lídice da Mata (PSB-BA), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Cyro Miranda (PSDB-GO) e João Costa (PPL-TO).

O receso parlamentar começa domingo e vai até 1º de fevereiro. Para o presidente do Senado, a hipótese mais provável para a votação do Orçamento é que os líderes tentem reunir os parlamentares em número suficiente para que a proposta seja votada até segunda-feira.

— Ou o Plenário do Supremo suspende a liminar do ministro Fux e nos dá outra orientação, ou temos que votar os vetos ainda pendentes — reiterou.

O presidente do Senado lamentou ter que deixar pendente a votação do Orçamento justamente no encerramento de seu último mandato. No entanto, avaliou que o impasse que culminou com o adiamento é parte do processo democrático no país.

— As lutas, as divergências, são normais. Ao contrário de ser patológico, é uma forma de vitalidade da democracia — disse Fernando Pessoa.

Sarney nega a existência de crise ou de retaliação entre os Poderes

Após o impasse que impediu a apreciação dos vetos e do Orçamento-Geral da União 2013 pelo Congresso ainda este ano, o presidente do Senado, José Sarney, rejeitou a ideia de que exista uma crise entre os Poderes. Disse que o adiamento não é, “de maneira nenhuma”, uma retaliação do Legislativo diante da decisão do Judiciário.

— Resolvemos tomar essa atitude justamente para prosseguir com o trabalho e respeitar a decisão do Supremo. Não há como ter represália. O Supremo está cumprindo sua função e sua missão de julgar e nós, cumprindo a nossa missão respeitando a decisão do Supremo — afirmou.

Para Sarney, apenas uma mudança de entendimento por parte do STF poderia modificar a intenção do Congresso de examinar todos os vetos.

Pouco antes da aprovação, Romero Jucá anunciou um acordo para resolver um dos impasses que vinham impedindo a votação do relatório: a polêmica sobre a inclusão ou não de determinadas despesas no piso constitucional de saúde.

Ele disse que vai retirar do piso constitucional gastos com saneamento em pequenas localidades e com o Programa Academia de Saúde, do Ministério da Saúde — itens que estavam sendo contestados.

No entanto, manteve no piso os gastos com hospitais universitários e com uma fábrica da Hemobrás (estatal de produtos terapêuticos derivados do sangue).

Os itens a serem retirados continuam a fazer parte dos gastos com



Relator-geral, Romero Jucá (E) apresenta seu parecer na Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo deputado Paulo Pimenta

Comissão aprova relatório final do Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório da proposta orçamentária de 2013 elaborada pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator-geral da matéria.

A saúde do Orçamento, mas não serão mais classificados no piso.

Jucá defende um entendimento entre o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF) para que seja possível votar o Orçamento até os primeiros dias de janeiro.

Ele fez essa declaração logo após a CMO aprovar seu relatório final sobre a matéria. Falta agora a votação da proposição pelo Plenário do Congresso.

Salários

Ao argumentar que é necessário aprovar o mais rapidamente possível o texto, Jucá disse que a não votação pode prejudicar os investimentos do governo, incluindo os das estatais — o que, em sua avaliação, “é temerário em um momento em que é preciso retomar o crescimento econômico e a geração de empregos”.

Ele também alertou para a questão do reajuste dos salários dos servidores federais, que pode

atrasar caso não seja aprovado logo o Orçamento de 2013.

O presidente da CMO, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), também vem ressaltando que os investimentos da União podem ser prejudicados com o atraso na aprovação do Orçamento.

Pimenta reiterou suas críticas à decisão de Luiz Fux, ministro do STF, de obrigar o Congresso a votar todos os vetos presidenciais pendentes antes de votar o veto à Lei dos Royalties. Foi após essa decisão que os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado informaram que as votações do Congresso seriam retomadas somente em fevereiro.

— Fizemos a nossa parte na CMO. Se houver uma mudança na interpretação da decisão do Supremo ou houver uma explicação mais clara sobre isso, poderemos levar a proposta orçamentária imediatamente ao Plenário do Congresso — declarou Pimenta.

Ministro do STF diz que liminar não impede votação da proposta

O esclarecimento do ministro Luiz Fux sobre a decisão proferida no início da semana — suspendendo a apreciação do veto presidencial ao projeto que redistribuiu os royalties do petróleo — foi divulgado ontem em nota do Supremo Tribunal Federal.

“Minha decisão limitou-se a suspender a votação do veto dos royalties antes que os 3 mil vetos pendentes fossem apreciados”, disse o ministro.

Segundo Fux, a decisão não se referiu à votação de outras matérias, como o Orçamento, para as quais a pauta não está trancada judicialmente. Ainda de acordo com o ministro, “qualquer outra interpretação é de exclusiva responsabilidade dos membros do Congresso”.

Antes da divulgação da nota, o presidente do Senado, José Sarney, e a Advocacia-Geral da União (AGU) haviam enviado ofício ao ministro Fux solicitando o esclarecimento da questão.

O esclarecimento de Fux pode levar o comando do Congresso a rediscutir a decisão de deixar para fevereiro a votação do Orçamento da União de 2013 no Plenário do Congresso. A decisão foi tomada durante reunião de líderes partidários com os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Marco Maia, antontem.

Ontem, entretanto, o próprio relator-geral do Orçamento, senador Romero Jucá (PMDB-RR), advertiu que é preciso buscar



Luiz Fux: decisão se refere a vetos, mas não a outras matérias, como o Orçamento

uma saída para a rápida votação final da proposta orçamentária de 2013 (PLN 24/12) no Plenário do Congresso Nacional.

O senador alertou que a demora na aprovação da proposta poderá gerar prejuízos irreversíveis para milhões de brasileiros:

— Em caso de não aprovação do Orçamento, a LDO só autoriza o desembolso de 1/12 daquilo que foi enviado como custo na proposta inicial do Orçamento encaminhada pelo Executivo.

Jucá disse que, sem a aprovação da proposta, a União não conseguirá cobrir as despesas referentes ao aumento do salário mínimo para R\$ 674,96 e pediu urgência na aprovação do Orçamento para que os trabalhadores possam receber o novo valor.



Sarney diz que está em estudo a possibilidade de a Comissão Representativa votar o Orçamento

Jucá: demora na votação do Orçamento vai gerar prejuízo irreversível

Romero Jucá (PMDB-RR) disse ontem que é preciso buscar uma saída para que a votação final do Orçamento de 2013 no Plenário do Congresso aconteça rapidamente.

O senador advertiu que a demora na aprovação da proposta poderá gerar prejuízos irreversíveis para milhões de brasileiros. A União, por exemplo, pode ficar sem recursos para cobrir as despesas referentes ao aumento do salário mínimo.

Jucá explicou que a proposta orçamentária possibilita ao Executivo ampliar o nível de desoneração tributária para setores produtivos do país e, portanto, a demora na aprovação do Orçamento vai fazer com que o benefício não possa ser dado na forma e no prazo desejados pelo governo federal.

— Fica aqui o meu apelo para que se encontrem fórmulas de votação que possam fazer com que o Orçamento do Brasil possa ser rapidamente aprovado — disse.

Para Cristovam, tentativa de analisar 3 mil vetos em bloco foi “deboche”

Os parlamentares não estão percebendo a dimensão da crise que envolve o Legislativo, disse Cristovam Buarque (PDT-DF). O senador condenou a condução dada à questão dos royalties, com disputas de bancadas, e chamou de “deboche” a tentativa de analisar um documento de mais de 400 páginas, com 3.060 vetos, num único dia. Também criticou a necessidade de interferência do STF em assuntos do Legislativo.

— Somos tão pressionados pelas medidas provisórias e decisões judiciais que estávamos ficando irrelevantes. Agora, nós estamos ficando ridículos — declarou.

Sobre a perda dos mandatos parlamentares dos condenados no processo do mensalão, Cristovam salientou que “cabe ao Supremo interpretar a lei em caso de divergência, e não há muito a ser feito”. Ele disse ainda esperar que o novo presidente do Senado, a ser eleito em fevereiro, possa mudar o estilo da Casa.

Wellington critica “autofechamento” do Congresso Nacional



Wellington Dias (PT-PI) afirmou que o final de ano do Congresso está sendo melancólico. Ele criticou a suspensão dos trabalhos do Congresso sem análise dos vetos presidenciais e sem votar o Orçamento da União de 2013, “por causa de decisões monocráticas”.

Wellington lembrou que o ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux decidiu, em caráter liminar, que o Congresso não poderia analisar os vetos da presidente da República à Lei dos Royalties em regime de urgência. Em seguida, recordou o senador, a deputada Rose de Freitas, presidindo a Mesa do Congresso, não realizou a sessão para análise dos vetos — mais de 3 mil. Por fim, disse, “o Parlamento paralisa os trabalhos”. Ele manifestou constrangimento e vergonha com o “autofechamento” do Congresso.

Paulo Bauer defende solução equilibrada para royalties



Paulo Bauer (PSDB-SC) afirmou que a quarta-feira que estamos em dois estados e municípios devem receber fatia maior dos royalties do petróleo desde que não implique perdas para os estados produtores. Para o senador, a União pode abrir mão de parte da sua cota na arrecadação.

Há muitos interesses em jogo, mas ainda pode ser possível buscar o caminho da razão e do equilíbrio — afirmou. Ele avaliou que a elevação na produção de petróleo nos próximos anos permitirá que todos os envolvidos recebam o suficiente para o atendimento das necessidades. E pediu respeito aos direitos adquiridos e ao cumprimento dos contratos para que se preserve a confiança de empresas e governos estrangeiros no Brasil.

“Tristeza é grande e só dois estados ficaram contentes”, diz Petecão



Sérgio Petecão (PSDB-AC) lamentou o adiamento da análise dos vetos no Congresso. — Vimos apenas a satisfação e a alegria de dois estados. Há um sentimento de tristeza muito grande, pois se criou essa expectativa de uma divisão nacional dos royalties. Essa riqueza não é do Rio de Janeiro, não é do Espírito Santo. São dois estados prejudicando o resto do país — afirmou o senador, elogiando o autor do projeto da nova Lei dos Royalties, Wellington Dias (PT-PI), “baluarte dessa divisão igualitária”.

Para Petecão, a entrada de recursos dos royalties poderia compensar também seu estado. — Pagamos um preço alto no Acre pela preservação do meio ambiente. Mas é preciso que haja uma contrapartida — defendeu.

Delcídio lembra debates da CAE: “ninguém mais suporta a guerra fiscal”



Delcídio do Amaral (PT-MS) fez um balanço otimista das realizações da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), por ele presidida, e disse esperar grandes avanços na reforma tributária em 2013.

O senador lembrou os extensos debates na CAE, especialmente em torno do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e afirmou que “ninguém suporta mais a guerra fiscal” que tem levado à judicialização dos conflitos tributários entre unidades da Federação. — Esse vai ser o principal assunto do início do primeiro semestre do ano que vem. Evidentemente, cada estado tem a sua especificidade e sua realidade e, democraticamente, esta Casa discutirá com todos os estados da Federação.

Ana Amélia pede harmonia e tolerância entre os Três Poderes



A senadora Ana Amélia (PP-RS) chamou a atenção, em discurso ontem, para a importância de manter a harmonia e o equilíbrio entre os Três Poderes da República como forma de não abalar a crença da sociedade na estabilidade institucional e política do Brasil. A senadora pediu às “elites” que comandam os Três Poderes “tolerância, entendimento e responsabilidade” nas relações institucionais, alertando que esses conflitos podem interferir até mesmo na credibilidade econômica do país.

Para Ana Amélia, o Poder Judiciário acabou por interferir em questões do Legislativo, como no caso da apreciação do veto à Lei dos Royalties, por omissão dos próprios parlamentares. Ela afirmou que isso precisa ser mudado.

Requião desaprova saldo de desempenho do Senado em 2012



O senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou na quinta-feira, em discurso no Plenário, que a atuação do Senado neste ano ficou a desejar e, embora projetos importantes tenham sido aprovados, o ano passou sem que a Casa fizesse nada de destaque.

— Eis o drama legislativo. Não aprovamos nada que transformasse a vida dos brasileiros — disse. Na opinião de Requião, o Senado está funcionando na maior parte do tempo para atender interesses do Poder Executivo. O senador também criticou a postura da oposição que, segundo ele, tem “o discurso da nota só da denúncia da corrupção” e crítica até “as poucas coisas de positivo na política econômica do governo federal”.

Armando Monteiro lista temas que continuarão em pauta em 2013



Armando Monteiro (PTB-PE) disse que três temas importantes de 2012 continuarão na agenda do país no próximo ano: a competitividade, a questão federativa e a cidadania.

Segundo o senador, a promoção da competitividade é primordial para a retomada do crescimento sustentável do país. Ele elogiou a aprovação do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 72/12, que busca eliminar a guerra dos portos e destacou a MP 582/12, ainda em tramitação, que desonera a folha de pagamento de vários setores da indústria. — São mais de 40 setores beneficiados e a promessa é ampliar o alcance da medida — declarou.

Grupo vai elaborar campanha para prevenir queimaduras

Audiência na Comissão de Direitos Humanos revela que crianças e adolescentes são a maioria das vítimas de acidentes domésticos com álcool ou líquidos quentes

UMA CAMPANHA NACIONAL de prevenção a queimaduras dentro da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) será elaborada por grupo criado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) com esse fim. A criação do grupo ocorreu após audiência — a última das 85 realizadas no ano na CDH — que discutiu a ocorrência de acidentes que resultam em queimaduras. Cerca de 1 milhão de pessoas sofrem esse tipo de acidente por ano no Brasil.

No debate, o representante do Ministério da Saúde, José Eduardo Fogolin Passos, prometeu realizar uma reunião em fevereiro de 2013, com os outros participantes, para elaborar a campanha.

De acordo com os especialistas, a maioria dos acidentes de queimaduras está relacionada a chamadas por uso de álcool etílico. A diretora do Hospital Nelson Piccolo, referência no atendimento a queimados em Brasília, Thereza Piccolo, disse que acidentes com álcool atingem principalmente a faixa etária de 5 a 14 anos.

O secretário-geral da Confederação Mundial das Sociedades de Cirurgia

Plástica, Nelson Piccolo, lamentou que uma norma da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) que proíbe a venda de álcool etílico líquido nos supermercados tenha sido derrubada por liminar movida pelos fabricantes.

— No nosso serviço em Goiânia, 70% das mortes em crianças são causadas por queimadura por etanol, que é vendido por R\$ 2, R\$ 3 no supermercado — disse.

O senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, se propôs a elaborar um projeto de lei voltando a proibir a venda de etanol líquido nos supermercados.

— Essas estatísticas vão subsidiar o projeto — afirmou.

Acidente doméstico

Os líquidos quentes são, segundo os debatedores, a segunda maior causa de queimaduras em crianças até 5 anos de idade. O capitão do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, Nathan Milward, disse que os bombeiros atendem no DF cerca de 4 mil ocorrências por mês, das quais 5% são de queimaduras. Para ele, a solução é educar crianças e pais para a prevenção.

— O mais frequente é acidente doméstico, então é importante conscientizar — disse.

Os participantes da audiência também reclamaram da ausência de profissionais qualificados para tratar pacientes queimados. Cristina Lopes Afonso, fisioterapeuta e vereadora eleita de Goiânia, disse que, durante a graduação de Medicina, o único aprendizado que os alunos têm sobre o assunto está relacionado aos primeiros socorros.

— Trabalho para que a

queimadura seja reconhecida como autônoma dentro do sistema de saúde. Que ela seja uma especialidade como a pediatria, a pneumologia, a cardiologia, e isso nos obriga a incluir essas disciplinas dentro dos currículos de formação — disse.

Cristina foi vítima de queimadura em 1986, em Curitiba. Em uma tentativa de homicídio, um ex-namorado jogou álcool e pôs fogo no corpo dela. Transferida para Goiânia, recebeu doação de pele dos

irmãos. O autor da agressão foi condenado a 14 anos de prisão.

Thereza Piccolo alertou para erros que as pessoas frequentemente cometem quando sofrem queimaduras ou ao socorrerem pessoas queimadas — como passar pasta de dente, manteiga, borra de café ou clara de ovo no ferimento.

— O correto é lavar com água corrente até a dor passar, embrulhar com pano limpo ou gaze estéril, não perfurar as bolhas e ir para um serviço médico — aconselhou.



Nelson Piccolo (E), Cristina Afonso, Gilberto de Aguiar, Paim, Nathan Milward, José Eduardo Fogolin e Thereza Piccolo

Paulo Paim cobra política de segurança no trânsito e defende Estatuto do Motorista

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a violência no trânsito constitui uma tragédia mundial que atinge mais gravemente os países em desenvolvimento. O senador, que cobrou uma “política sistemática global” pela segurança no trânsito, espera que o Estatuto do Motorista, em discussão no Senado, contribua com a redução dos acidentes.

— Estamos certos quando caminhamos para a aprovação do Estatuto do Motorista, que vai buscar uma política que oriente os motoristas brasileiros em uma linha de conduta que combata todo tipo de acidente e que, naturalmente, vai salvar milhões de vidas — disse.

Paim citou dados da Organização Mundial da Saúde segundo os quais 1,3 milhão de pessoas morrem anualmente no trânsito e mais de 50 milhões sobrevivem com ferimentos graves. Ele sublinhou que os acidentes de trânsito causam mais prejuízos em países de menor renda.

— Nos países em desenvolvimento as lesões no trânsito chegam a representar metade da ocupação dos centros cirúrgicos e de 30% a 86% das hospitalizações.

Paim lembrou que a Organização das Nações Unidas recomendou que cada país tenha a meta reduzir em até 50% os acidentes de trânsito.

Malta pede redução da maioria penal e elogia unidades de polícia pacificadora no RJ



Em discurso no Plenário, o senador Magno Malta (PR-ES) lamentou os elevados índices de violência no Brasil e defendeu a redução da maioria penal, lembrando que, segundo estatísticas, 80% dos crimes são cometidos por menores de 18 anos.

O senador disse que antes sentia como “a voz que clama no deserto”, mas verificou que muitos políticos têm mudado de opinião em resposta ao apoio crescente da população à proposta.

— Sejam bem-vindos. Juntem-se a nós. Vamos fazer a grande corrente — propôs o

senador em seu discurso.

Malta afirmou que a população tem sido aterrorizada por “homens feitos”, com menos de 18 anos, que estupram e matam, e propôs que todo cidadão que cometer crime hediondo perca a minoridade.

O senador lembrou que no Espírito Santo 92% da população é a favor da redução da maioria penal.

Malta elogiou o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, pelo bom trabalho na segurança pública, afirmando que o exemplo das unidades de polícia pacificadora (UPPs) merece ser imitado por outros estados:

— A roda foi inventada. Todos os governadores poderiam fazer isso — disse.

Ana Amélia homenageia José Varella

A senadora Ana Amélia (PP-RS) lamentou ontem a morte do repórter fotográfico José Varella, da Agência Senado, vítima de câncer de pulmão.

— Como jornalista, muitas vezes, encontrei José Varella em viagens, acompanhando autoridades pelo mundo afora. A morte dele nos entristece a todos, especialmente aos seus colegas da Agência Senado — disse a senadora, que foi chefe da sucursal da Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS) em Brasília.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Aníbal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Foram 7 as propostas aprovadas e que vão para promulgação, entre elas a que confirma acordo de pesquisa de energia nuclear com Comunidade Europeia de Energia Atômica

Senado aprova acordos de cooperação internacional

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem sete projetos de decreto legislativo que tratam de acordos internacionais.

O primeiro item votado, PDS 540/12, aprova o reconhecimento mútuo de carteiras de habilitação entre Brasil e Moçambique. O documento foi assinado em 2010.

O PDS 541/12 aprova acordo do Brasil com a Bósnia-Herzegovina para isenção parcial de vistos. Firmado também em 2010, o texto permite fluxo mais ágil no intercâmbio de visitantes entre os dois países.

O PDS 546/12 ratifica acordo de cooperação técnica do Brasil com a Organização para a Libertação da Palestina, em nome da Autoridade Nacional Palestina. A intenção é fortalecer os laços entre os dois povos, por meio de colaboração entre programas e políticas correlatas. O documento foi assinado em 2010.

Outro projeto votado foi o PDS 547/12, que ratifica acordo com a Comunidade Europeia de Energia Atômica na área de pesquisa sobre energia de fusão. Assinado em 2009, o texto promove o aprofundamento da cooperação entre Brasil e países europeus na área de ciência e tecnologia.

Também foi aprovado o PDS 548/12, tratando de acordo de cooperação cultural entre o Brasil e a Argélia para aumentar o conhecimento mútuo entre os países.

Firmado em 2009, o acordo estimula o intercâmbio de experiências e a cooperação nos campos literário, de restauração, de proteção e de conservação do patrimônio cultural, inclusive o imaterial.

O Plenário aprovou ainda o PDS 549/12, sobre o Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre o Brasil e a Alemanha,

e o PDS 550/12, que ratifica a constituição da Academia Internacional contra a Corrupção como organização internacional.

O tratado com a Alemanha, assinado em 2009, tem o propósito de assegurar a aplicação da lei penal e processual penal entre os dois países para prevenção e repressão da criminalidade.

Já o acordo para constituição da Academia contra a Corrupção foi assinado em 2010.

A medida tem como principal objetivo constituir um centro de excelência voltado à educação, treinamento, cooperação e pesquisa na prevenção e combate à corrupção.

A função do centro é contribuir com os países na implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Uncac), da qual o Brasil é parte.

Os projetos vão agora para promulgação.



Senador Cristovam Buarque, que relatou o projeto em comissão

Plenário ratifica documento sobre educação no Mercosul

Documento que busca acelerar o processo de integração educacional dos países do Mercosul foi aprovado ontem pelo Senado.

O Projeto de Decreto Legislativo 537/12 ratifica a Decisão do Conselho do Mercado Comum do Mercosul 15/08, habilitando os ministros da Educação dos países signatários a alterarem o Protocolo de Integração Educativa, principalmente na adequação curricular.

O protocolo também prevê o reconhecimento, pelos

países membros, de certificados, títulos e estudos de níveis fundamental e médio que não sejam unicamente cursos técnicos.

O relator do projeto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Cristovam Buarque (PDT-DF), explicou que o Protocolo de Integração Educativa — atualizado pela decisão do conselho — tem como objetivo “estabelecer denominações equivalentes a diferentes níveis de ensino”.

A matéria segue agora para promulgação.

Segundo Paim, comissão de Educação é “referência nacional e internacional”

Paulo Paim (PT-RS) fez uma avaliação do trabalho da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) em 2012. Segundo o senador, a CE é uma referência nacional e internacional em termos de políticas de educação.

Paim lembrou que a comissão realizou 32 audiências públicas, abordando temas como o acordo ortográfico e as cotas em universidades. Elogiou a produção legislativa da CE e agradeceu o empenho dos servidores que trabalham no apoio ao colegiado.

O senador também anunciou a realização, na primeira semana de fevereiro de 2013, de uma reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) com os aposentados e pensionistas das Forças Armadas. Paim, que é presidente da CDH, leu um documento enviado a seu gabinete, em que são relatadas as dificuldades dos integrantes das Forças Armadas no que diz respeito à estrutura e à remuneração.



Paulo Paim: balanço dos trabalhos da CE



Rollemberg: CPI do Cachoeira foi exemplo ruim

Rollemberg analisa o ano e diz esperar agenda positiva para 2013

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) fez um balanço do seu mandato em 2012, dos avanços do país e das dificuldades do Congresso.

O encerramento da CPI do Cachoeira, que terminou sem o indiciamento de ninguém, a falta de definição sobre o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e a questão da apreciação dos vetos à Lei dos Royalties do petróleo foram fatos lembrados pelo senador como exemplos negativos.

Rollemberg pediu uma reflexão sobre esses fatos para que seja possível elaborar uma agenda positiva para o Legislativo, que não pode ficar “refém do Executivo”.

Para o senador, as mudanças nas regras de aplicação dos recursos do Fundo de Participação do Centro-Oeste também merecem destaque no ano de 2012. Disse que as mudanças ajudaram a economia do Distrito Federal e do Entorno. Ele criticou a contratação de uma empresa de Cingapura para planejar o desenvolvimento de Brasília por 50 anos.

Lúcia Vânia avalia trabalho da Comissão de Infraestrutura em 2012

Lúcia Vânia (PSDB-GO) fez uma avaliação dos trabalhos desenvolvidos em 2012 pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), da qual é presidente.

Neste ano, a comissão realizou 33 reuniões e 11 audiências públicas, debatendo temas como matriz energética, agências reguladoras, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e saneamento básico. A CI também participou de reuniões no Ministério dos Transportes e na Casa Civil.

— A produção da comissão foi organizada em cadernos, que estão à disposição dos colegas senadores — informou.

A senadora chamou a atenção para a infraestrutura do país. Ela lamentou que pesquisa recente aponte o Brasil como o penúltimo colocado, entre 14 países, no ranking mundial de competitividade.

— Sem a infraestrutura adequada, não há economia forte nem crescimento sustentável.



Lúcia Vânia: comissão fez 11 audiências no ano



Randolfe espera ver texto votado em fevereiro

Randolfe cobra aprovação de projeto que muda regras sobre direitos autorais

A decisão dos líderes de adiar para 2013 a votação do projeto com novas regras para o exercício das atividades do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) foi lamentada por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

A proposta (PLS 129/12) trata do Novo Sistema de Gestão Coletiva de Direitos Autorais e é decorrente da CPI do Ecad, que foi presidida pelo senador.

Randolfe lembrou que o projeto estava em regime de urgência e deveria ter sido votado esta semana, antes do recesso parlamentar. Para o senador, foram legítimos os apelos de artistas e de funcionários do Ecad pelo adiamento, mas criticou a pressão exercida nos senadores por dirigentes do escritório, entre eles, alguns dos que tiveram o pedido de indiciamento feito pela CPI por crimes como formação de quadrilha.

O parlamentar disse esperar que o projeto seja colocado em votação logo em fevereiro “para resolver de vez a situação”.

O Ato Institucional 5, editado pelo governo militar em dezembro de 1968, cassou oito senadores, 173 deputados federais e três ministros do Supremo Tribunal Federal

Senadores cassados recuperam os mandatos simbolicamente

EM CERIMÔNIA CARREGADA de emoção, o Senado devolveu ontem, simbolicamente, o mandato dos oito senadores cassados pelo regime militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1985: Juscelino Kubitschek (JK), Aarão Steinbruch, Arthur Virgílio Filho, João Abrahão Sobrinho, Marcello Alencar, Mário Martins, Pedro Ludovico e Wilson Campos. Único ainda vivo, Alencar não compareceu. Os demais foram representados pelas famílias.

O presidente do Senado, José Sarney, citou sua amizade com JK, apesar de não ter sido da base governista quando Juscelino era presidente da República, de 1956 a 1961. Sarney relatou um jantar em que JK, depois de cassado, lhe agradeceu pelo companheirismo.

— Com lágrimas nos olhos, ele me disse que eu era o amigo no seu ostracismo — recordou Sarney.

Foi apresentado o áudio do último discurso do senador JK, em que ele se despedia do Senado (*veja texto ao lado*). Em recado à comunidade internacional, pediu que o Brasil não fosse medido por aquele ato de cassação.

Maria Estela Kubitschek, filha de JK, discursou em nome das famílias dos ex-senadores. Emocionada, disse que a devolução dos mandatos não é um ato “simbólico”, mas “histórico”.

— As palavras que eu gostaria de dizer, ele mesmo já disse; foi um homem nascido para construir e não para destruir — afirmou.

Maria Estela contou que seu pai



Maria Estela Kubitschek, filha de Juscelino, discursou em nome das famílias dos homenageados

acreditou que conseguiria ver restaurada a democracia no país e, pouco antes de morrer, reconheceu que não estaria vivo para esse momento.

— Hoje, mais de 40 anos passados do dia de sua cassação, ele está aqui de volta conosco — disse.

A filha de JK agradeceu a amigos próximos do pai presentes na solenidade, como o coronel Affonso Heliodoro, o ex-deputado Carlos Murilo Felício dos Santos e o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima.

O Ato Institucional 5, editado em 13 de dezembro de 1968, tirou importantes direitos do cidadão brasileiro e teve reflexos diretos no Legislativo e no Judiciário. Foram cassados 181 parlamentares — 173 deputados federais

e oito senadores —, além de três ministros do Supremo Tribunal Federal.

Por causa do AI-5, o Congresso foi fechado por prazo indeterminado, e os parlamentares foram forçados ao “recesso”. Sem o Legislativo, foi mais fácil governar por meio de decretos-lei. Os militares ocupantes do Palácio do Planalto podiam, por exemplo, intervir nos estados e municípios e decretar estado de sítio sem autorização prévia do Legislativo. Foram consideradas ilegais todas as reuniões de cunho político e foi suspenso o habeas corpus para acusados de crimes políticos.

No dia 6, a Câmara também devolveu os mandatos, simbolicamente, aos deputados cassados. Lá estiveram 25 dos 28 ex-parlamentares ainda vivos.

Devolução de mandatos é ato de justiça, diz Sarney

Na sessão de homenagem aos senadores cassados durante a ditadura militar, o presidente do Senado citou Ruy Barbosa para afirmar que anistiar “não é um gesto jurídico, mas uma manifestação política”.

Sarney recordou fatos históricos relacionados à anistia e afirmou que foi no governo de João Figueiredo (1979-1985) que o assunto amadureceu.

— No meu governo [como presidente da República], em novembro de 1985, a anistia se completou. A partir de então,

não haveria mais presos políticos no país e concluía-se um ciclo histórico — disse.

Sarney acrescentou que, em consequência da anistia, houve compensações, como a reinserção dos cassados em suas carreiras. Salientou, porém, que faltava resgatar, ainda que de maneira simbólica, os mandatos dos parlamentares cassados pelo regime militar.

— É um ato de justiça e representa o resgate da memória nacional.

Sarney lembrou que a cassação de mandatos, conforme a Constituição de

1946, era competência do Congresso, e não do Executivo. Ele disse que se pronunciou nesse sentido em 1964, quando era deputado federal.

— Infelizmente não foi o que prevaleceu — lamentou.

Sarney destacou a biografia de Juscelino Kubitschek. Ele disse que estava em São Paulo, quando soube da morte do ex-senador e ex-presidente.

— Fiquei calado e chorei — disse.

Em seguida, o Plenário ouviu o áudio do último discurso de JK como senador.

Síntese do último discurso de Juscelino Kubitschek, como senador, na véspera da cassação

Na previsão de que se confirme a cassação dos meus direitos políticos, julgo do meu dever dirigir algumas palavras à nação brasileira. Presidente da República durante cinco anos, não permiti atentados à liberdade. Sinto uma correlação entre a minha ação presidencial e a iníqua perseguição que me estão movendo. Sou ainda o mesmo cidadão, ontem detentor do governo, chefe constitucional das Forças Armadas, aquele que amparou e promoveu os seus mais ferrenhos adversários. Hoje sou um homem desarmado, mas disposto a reagir com a energia, a determinação e a coragem dos que combatem para cair de pé.

Não tenho de que me defender. Não sei exatamente do que me acusam. Já a nação vive sob os efeitos do terror. Por que eu deveria envaidecer-me de tão grande privilégio, o de ser o alvo principal da luta antidemocrática? Se por um lado me oferecem uma oportunidade de glória, por outro ferem o nosso país, humilhando, na minha pessoa, a nossa civilização.

Sei que nesta terra brasileira as tiranias não duram, que somos uma nação humana penetrada pelo espírito de justiça. Homem do povo, adianto-me apenas ao sofrimento que o povo vai enfrentar, nestas horas de trevas que já estão caindo sobre nós. Mas delas sairemos para a ressurreição de um novo dia.

Não me estão ferindo pessoalmente. Muito mais do que a mim, cassam os direitos políticos do Brasil.

Dirijo-me agora à opinião pública internacional: não julguem meu país por este ato inspirado no ódio. Confiem não apenas na capacidade de recuperação do Brasil no plano econômico, mas também nas grandes reservas morais do nosso país. Estamos apenas atravessando uma hora difícil. Mas este é um país democrático, que repele os extremismos de qualquer natureza.

Diante do povo brasileiro, quero declarar que me reinvesto de novos e excepcionais poderes, para a grande caminhada da liberdade e do engrandecimento nacional.

Espaço do Interlegis ganha o nome de Ronaldo Cunha Lima

Passa a se chamar Edifício Senador Ronaldo Cunha Lima o espaço físico do Senado onde funciona o Interlegis — programa de modernização e integração do Legislativo nos níveis federal, estadual e municipal. A mudança foi aprovada terça-feira no Plenário do Senado, com o projeto de resolução (PRS) 50/12, de José Agripino (DEM-RN).

Quando a homenagem ao ex-senador e ex-governador da Paraíba foi aprovada na Comissão de Educação e Cultura (CE), motivou um discurso de

agradecimento do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), filho do homenageado.

— A saudade é imensa, e enorme é a emoção pela homenagem a esse humanista que, ao longo de sua trajetória, se dedicou não apenas à implantação, mas também ao bom desempenho do Interlegis — disse Cássio.

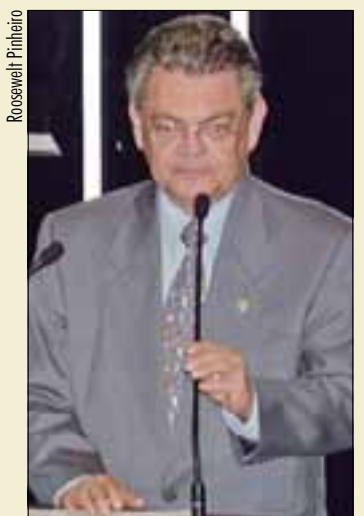
O senador destacou que o Interlegis tem propiciado a muitas casas legislativas acesso a equipamentos de informática, programas para bom funcionamento e treinamento.

Ronaldo Cunha Lima (1936-2012) nasceu em Guarabira, a 145 quilômetros de João Pessoa. Aos 12 anos já escrevia poesias e pouco depois participou de movimentos estudantis. Antes de se formar em Ciências Jurídicas, trabalhou como vendedor de jornais, em fábrica de vassouras, como garçom, como cobrador e como funcionário de cartório. Lançou vários livros de poesia e tornou-se membro da Academia Paraibana de Letras.

Em 1959, foi o vereador mais votado de Campina Grande.

Em 1962 elegeu-se deputado estadual, reelegendo-se em 1966. Em 1968 ganhou a eleição para prefeito daquele município, mas 43 dias após a posse foi cassado pelo AI-5. Anistiado em 1982, foi novamente eleito prefeito para o período de 1983 a 1989. Foi também governador da Paraíba de 1991 a 1994, senador de 1995 a 2002 e deputado federal de 2003 a 2007.

Morreu em 7 de julho de 2012, aos 76 anos, devido a câncer no pulmão, deixando quatro filhos.



O homenageado ajudou a implantar o Interlegis quando foi senador

INTERLEGIS BRASIL

Por um Legislativo moderno e integrado

Programa de modernização já ultrapassou meta de 2013



Em novembro, o Interlegis completou o diagnóstico sobre as câmaras de vereadores dos 350 municípios assinalados

[Pág. 2](#)

Em Campinas, Grupo de Assessoria Legislativa faz o 1º encontro presencial

[Pág. 3](#)

Eventos em Manaus reúnem representantes de estados e das escolas do Legislativo

[Pág. 4](#)

Em 2012, Interlegis já ultrapassou a meta de 2013

A meta estabelecida no acordo entre o Programa Interlegis e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) previa que, até 2013, ao menos 350 câmaras municipais estivessem com o diagnóstico feito, como parte do Projeto de Modernização do Legislativo (PML). Antes disso, no mês passado, a meta foi atingida.

O Interlegis está presente nas 27 unidades da Federação e é o responsável pela promoção, execução, coordenação e avaliação do PML. Em todas elas, foi feito o trabalho de diagnóstico, variando de 3 câmaras no estado, como no Acre, a 34 câmaras, na Bahia.

O PML oferece aos parceiros soluções em tecnologia da informação, capacitação do corpo técnico das casas legislativas, distribuição de bibliotecas básicas, orientação

para revisão dos regimentos internos e leis orgânicas e encontros locais e regionais, entre outras ações visando à modernização e à integração do Poder Legislativo.

As câmaras são escolhidas pelo cruzamento de informações das bases geográfica, econômica, social e política estabelecidas pelo IBGE de

forma a garantir pelo menos um município atendido em cada uma das microrregiões. Assim, cada município-polo pode ser um multiplicador regional, passando a atuar em parceria com o Interlegis e as assembleias estaduais.

O trabalho segue uma metodologia que inclui manifestação de interesse por parte da

Câmara, diagnóstico (visita para levantamento de dados como estrutura física, funcionários, organização administrativa), plano de trabalho, convênio (assinado com o Interlegis), projeto executivo (lista as ações de modernização que aquela casa deve fazer e o que o Interlegis vai oferecer), avaliação e certificação.



Fachada do prédio do Interlegis, em Brasília: projetos para melhorar os trabalhos das três esferas do Legislativo

Análise dos dados subsidiará as ações de modernização oferecidas

Os diagnósticos — com informações que vão subsidiar as ações de modernização — se dividem em blocos correspondentes aos quatro pilares do Projeto de Modernização do Legislativo: tecnologia, informação, capacitação e comunicação. Os resultados obtidos são um retrato da média das câmaras municipais do país.

Foi possível saber, por exemplo, que 75% das câmaras pesquisadas têm sede própria, mas 20% delas ainda funcionam em imóveis cedidos (quase sempre pelas prefeituras) e, em 6% dos casos, em alugados. Chama a atenção que 30% delas não disponibilizam gabinetes individuais para os vereadores e 82% realizam apenas uma sessão por semana.

De posse dos dados, o Interlegis pode planejar com mais eficiência as ações locais, como a estruturação de uma rede de computadores. O percentual das câmaras que possuem internet com banda larga é bem alto: 82%.

Os produtos e serviços do Interlegis são oferecidos gratuitamente às casas legislativas. O Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL), por exemplo, abrange a elaboração de proposições até a busca em banco de dados de normas jurídicas. Já está em 292 Casas, mas em pouco menos de 20% das conveniadas. Num universo de 69% de câmaras que possuem portal na internet, somente 25% o fazem pelo Portal-Modelo oferecido pelo Interlegis.

Consultoria auxilia câmaras a revisar regimento e lei orgânica

Quase a totalidade das câmaras de vereadores diagnosticadas para o PML manifestou o desejo de receber consultoria para a revisão do regimento interno e da lei orgânica do município. Em 2012, o Interlegis já concluiu a atualização em 95 dessas 350 câmaras e a ação será continuada até que a demanda seja suprida.

Apesar de mais da metade das casas legislativas municipais possuírem área específica de arquivo, em apenas 11% ela está totalmente informatizada e, em 64%, ainda é manual. Também são poucas as câmaras que possuem sistema de protocolo informatizado e mais de 70% não possui biblioteca legislativa.

Os dados mostram que 54% das câmaras têm uma área estruturada para a comunicação

e boa parte tem veículos de comunicação próprios. Metade transmite as sessões por algum meio e também a metade dispõe de mecanismo para interagir com a população.

O estudo apurou ainda a escolaridade de servidores e vereadores, para subsidiar ações de capacitação. Constatou que 71,4% dos servidores são comissionados e, entre eles, 57,5% têm nível médio e 25,1%, superior. Já entre os 28,65% que são efetivos, 40,1% têm nível superior e 47,2%, nível médio. Dos parlamentares, 9,2% têm nível fundamental, 48%, nível médio e 42,8%, superior. A maioria das casas não possui setor de treinamento ou escola legislativa, mas mais da metade dos servidores já fizeram cursos a distância.

Assinados os três primeiros convênios do programa no Acre

Em novembro, o Interlegis chegou ao Acre. Com a visita técnica dos servidores Janary Nunes e José Bonifácio Júnior, a secretária assinou os primeiros convênios no estado, com as câmaras municipais de Rio Branco, Brasília e Cruzeiro do Sul. Elas agora participam do Projeto de Modernização Legislativa (PML), que propõe ações para as áreas de tecnologia, informação, comunicação e capacitação.

Para o diretor de Assuntos Jurídicos de Cruzeiro do Sul, José Walter Martins, a presença de representantes do Interlegis no município, para realizar um diagnóstico da casa e

posteriormente propor parceria com uma secretária do Senado, foi o fato mais importante presenciado por ele em 18 anos de serviço.

O depoimento foi gratificante para Janary Nunes, que há quase uma década visita câmaras municipais em todos os estados e conhece bem as diversas realidades que as casas legislativas enfrentam. Janary comentou que tanto os servidores quanto os vereadores têm interesse nas propostas do Interlegis:

— De uma forma geral, todos manifestam o desejo de receber treinamentos, oficinas e cursos. Um dos assuntos de maior

importância continua sendo a atualização das leis orgânicas municipais e dos regimentos internos das Casas, não raro, defasados.

O diretor-executivo da Câmara

de Rio Branco, Carlos Augusto Costa, confirmou o desejo de colaborar com o Interlegis na propagação do programa e na implementação do PML nas demais câmaras do Acre.

EXPEDIENTE

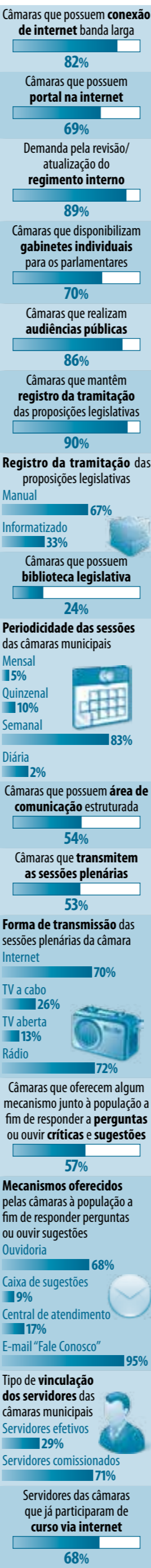
Esta é uma publicação da Subsecretaria de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo - Interlegis

Diretor nacional do Programa Interlegis: Senador Cícero Lucena
Secretaria Especial do Interlegis
 Diretor: Haroldo Feitosa Tajra
 Diretora-adjunta: Mariângela Cascao
 Diretores das subsecretarias: Cláudio Cavalcante, Francisco Biondo, João Marcelo Novais, Ricardo Ramos e Suelio de Sousa e Silva
 Diretor: Francisco Ezequiel Biondo
 Editor responsável: Luiz Carlos Santana de Freitas
 Editora: Letícia Borges
 Redação: Letícia Borges e Débora Barroso
 Apoio técnico e revisão: Jornal do Senado
 Estagiários de jornalismo: Camila Ferreira Dayane Oliveira, Letícia Pires e Wellida Resende
 Projeto gráfico, arte e diagramação: Bruno Sartório, Cássio Costa, Claudio Portella, Iracema da Silva, Maurício Mansur e Ronaldo Alves
 Impressão: Seep — Senado Federal

Via N2, Anexo E - 2º andar - Senado Federal - CEP 70165-900 - Tel.: (61) 3303-1049

Em números

Perfil das câmaras com as quais o Interlegis tem acordo:



Prefeitos são homenageados no primeiro encontro presencial do Grupo Interlegis de Assessoria Legislativa (Gial), em Campinas, de 7 a 9 de novembro

Grupo de Assessoria Legislativa se reúne pela primeira vez

Foram três dias de palestras, debates, apresentações, trocas de experiências e muito aprendizado, abrangendo os mais diversos temas de interesse da comunidade legislativa. O Grupo Interlegis de Assessoria Legislativa (Gial) reuniu-se pela primeira vez (presencialmente, já que se trata de uma comunidade virtual) na Câmara Municipal de Campinas (SP) entre 7 e 9 de novembro.

O 1º Encontro do Gial (ENGIAL) culminou com o lançamento dos quatro primeiros números da série Cadernos Normativos — uma parceria entre o Programa Interlegis, o Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado e a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) em Ribeirão Preto

(SP) —, que vão proporcionar aos vereadores e às câmaras um amplo material de pesquisa e informação. Todos podem ser baixados no portal do Interlegis.

Palestras

O ex-consultor de Orçamento do Senado João Henrique Pedreira mostrou uma ferramenta para medir a chamada “responsividade democrática”, ou seja, a correspondência entre o que é discutido ou aprovado nos parlamentos e o que deseja a população ou a agenda do Executivo. Com essa mensuração, é possível ter uma ideia da representação política do parlamento e da qualidade do gasto público.

No terceiro dia, os participantes do evento, que representavam câmaras de Rondônia

ao Rio Grande do Sul, ouviram palestras de seu interesse direto.

O advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, defendeu mudanças na Constituição a fim de evitar ingerência do Judiciário no processo eleitoral, “garantindo estabilidade e previsibilidade, sem alterar o processo eleitoral a cada momento”.

A professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Fabiana de Menezes Soares abordou a avaliação da qualidade das leis que estão sendo produzidas e o impacto no cidadão, no processo produtivo, na coletividade, a chamada “legística”.

Paulo Henrique Soares, consultor do Senado especialista em leis orgânicas e regimentos internos, falou para os vereadores e assessores de

questões importantes sobre esses instrumentos fundamentais do Legislativo municipal, inclusive com exemplos concretos.

O tema do orçamento público foi abordado por Renato Jorge Brown Ribeiro, da Consultoria de Orçamentos do Senado. Ele chamou a atenção dos legisladores municipais para assuntos como o financiamento da saúde e da segurança pública e a questão dos royalties.

Encerrando o 1º ENGIAL — que recebeu avaliação amplamente positiva das dezenas de participantes —, o vereador Sebá Torres ressaltou que a Câmara de Campinas já aderiu ao PML. E afirmou que “encontros dessa natureza são fundamentais para o fortalecimento do Legislativo e podem transformar sua história”.

Publicações trazem modelos para elaboração de projetos de lei

No lançamento dos Cadernos Normativos, falando pelo Núcleo de Estudos do Senado, Fernando Meneguim destacou a parceria “entre a academia e aqueles que lidam diretamente com o processo legislativo no Senado em benefício da sociedade”.

Segundo ele, “são textos

claros, concisos, com procedimentos básicos para as câmaras, inclusive com modelos para elaboração de projetos de lei”. Tanto os consultores do Senado quanto os professores da USP trabalharam sem remuneração.

A professora Ana Carla Blichneriene, coordenadora do projeto,

falou da alegria em vê-lo concretizado, lembrando que a ideia surgiu em 2009 e teve apoio no Senado e na USP de Ribeirão, que começava, então, a sua primeira turma. Ela disse que 90 voluntários, entre professores, alunos, advogados e juízes, auxiliaram na tarefa. Até meados de 2013,

serão 19 Cadernos.

Haroldo Tajra, diretor do Interlegis, ressaltou que tanto o trabalho que resultou nos Cadernos quanto a realização do 1º ENGIAL mostraram o espírito de colaboração e parceria que se esperava e com o qual ganha toda a comunidade legislativa.

Ações de modernização: mais qualidade para as câmaras municipais

As mudanças que a atuação do Interlegis proporciona às câmaras municipais são percebidas na prática. É o que diz Jefferson Campos, ex-presidente da Câmara de Taubaté (SP), uma das casas que receberam o certificado especial do Interlegis por suas ações de modernização.

— É possível verificar a organização, a eficácia e a eficiência nas práticas dos servidores, que seguidamente recebem telefonemas de outras câmaras querendo sanar dúvidas. Nossos serviços já são tidos como de referência na região — afirma o vereador, que hoje dirige a Escola Legislativa da Câmara.

O Interlegis decidiu dar esse certificado às câmaras que se destacaram por ações em um ou mais pilares do Projeto de Modernização Legislativa (PML) —

tecnologia, comunicação, informação e capacitação. As primeiras 15 receberam certificados assinados pelo presidente do Senado, José Sarney, pelo primeiro-secretário, Cícero Lucena, e pela diretora-geral, Doris Peixoto, no 1º ENGIAL.

Na ocasião, receberam os diplomas os presidentes das câmaras de Catanduva (SP), Jardim do Mulato (PI), Morretes (PR), Natal, Pouso Alegre (MG), Rolim de Moura (RR), Taubaté (SP), Teresina e Campinas (SP). Também foram certificadas as câmaras de Apucarana (PR), Belém, Jaguarão (RS), Jataí (GO), Juazeiro do Norte (CE) e Votuporanga (SP). Foram homenageados ainda o vereador Severino Lucas, de Juripiranga (PB), e a Associação das Câmaras e Vereadores do Vale do Itapocu (Avevi), de Santa Catarina, pelas

ações em capacitação e integração.

— Colhemos muitos frutos, sobretudo depois de assinado o convênio para o PML, como a oficina da lei orgânica, curso de cerimonial, curso de orçamento. Já estamos em negociação para sedirmos o curso on-line da plataforma Saberes [ensino a distância] — diz Jefferson Campos.

Situação semelhante ocorreu na capital piauiense, como conta o presidente da Câmara de Teresina, Edvaldo Marques: — As ações foram nas áreas de tecnologia da informação, comunicação e capacitação dos agentes políticos, servidores e comissionados, através de cursos presenciais e a distância, além da revisão e consolidação da Lei Orgânica e implantação do novo site com domínio leg.br. Na prática, afirma Marques, “têm

melhorado a qualidade do trabalho dos servidores e o atendimento à população, além dos novos recursos em tecnologia da informação, programas e projetos, fundamentais para nossa modernização”.

Para a Câmara Municipal de Natal, o Interlegis ajudou a desenvolver ações de capacitação, troca de tecnologia e experiências, que a fortaleceu internamente e resultou num programa de capacitação focado na atuação do Legislativo municipal, enumerou o presidente Edivan Martins. Proporcionou também mais diálogo com as demais câmaras do estado.

Tudo isso se reflete, atestam os vereadores, em melhoria da imagem do Legislativo municipal junto à população, que reconhece o aumento da transparência e da qualidade dos trabalhos.

Encontro tem depoimentos e apresentações

No 1º ENGIAL, o vereador Severino Lucas, de Juripiranga (PB), disse que contou com a ajuda do Interlegis e do Grupo de Assessoria Legislativa em 100% das suas propostas.

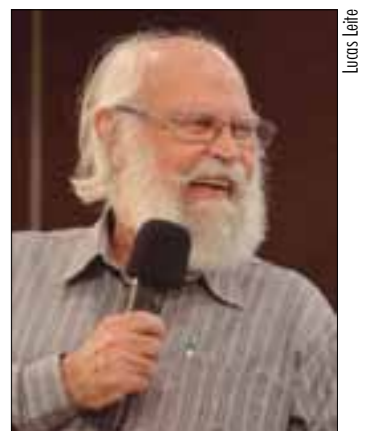
O professor Luiz Barco, das Universidades de São Paulo (USP) e de Campinas (Unicamp), pediu aos vereadores que sejam tolerantes, humildes, honestos e lancem boas ideias.

O coordenador de pós-graduação do Centro de Formação da Câmara dos Deputados, André Sathler, propôs uma “cartografia” do Poder Legislativo, segundo ele “um novo campo do saber”.

— É importante estudarmos o Legislativo, até porque ele está em risco, e não só no Brasil — alertou.

A economista Luciana Yeung e a secretária-adjunta da Câmara de São Paulo, Maria Nazaré Lins Barbosa, apresentaram um novo indicador de desempenho do Legislativo desenvolvido em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O presidente da Confederação dos Servidores do Poder Legislativo e dos Tribunais de Contas do Brasil (Confelegis), Antônio Carlos Fernandes Júnior, analisou a organização dos trabalhadores e o relacionamento de servidores com a instituição.



Professor Luiz Barco em palestra descontraída em Campinas

Assembleias legislativas se reúnem

Terceiro encontro de representantes estaduais ocorreu em novembro, em Manaus

Representantes do Interlegis e das assembleias legislativas dos estados reuniram-se em Manaus, de 21 a 23 de novembro, para a terceira edição do encontro, em conjunto com o 20º Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel). Na ocasião, foram discutidos projetos de trabalho para 2013, promovendo a integração entre o Interlegis e as assembleias.

O diretor do Interlegis, Haroldo Tajra, destacou, como

um dos frutos da aproximação do programa com as casas legislativas, os eventos diversos e as parcerias. Luís Antônio Costa da Silva, do Rio Grande do Sul, afirmou que “os encontros presenciais aproximam mais os colegas, que, na maioria das vezes, só se veem por videoconferência, e também auxiliam na troca de experiências.”

O assessor de Comunicação da Câmara Municipal de Salvador, Osvaldo Lyra, disse acreditar no suporte das

assembleias e do Interlegis para tornar as câmaras da região da capital baiana parceiras, com contribuições mútuas. Amanda Albuquerque, do Serviço de Capacitação Legislativa do Interlegis, apresentou os encontros, palestras, seminários, oficinas e 25 cursos a distância que o programa realiza anualmente para a comunidade legislativa.

Guilherme Ribeiro, de Minas Gerais, observou que a atuação do Interlegis estreita os vínculos entre os membros do Legislativo

e promove, “com grande impacto”, aproximação e cooperação entre os diretores das casas legislativas. Para o representante do Interlegis em Mato Grosso do Sul, Paulo Zandoná, o encontro teve excelente aproveitamento e todos os temas abordados foram baseados no dia a dia de uma assembleia.

O próximo encontro será em maio, em Recife, durante a Conferência Nacional da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.

Homenagem a Ronaldo Cunha Lima

O espaço físico do Senado onde funciona o Interlegis agora se chama Edifício Senador Ronaldo Cunha Lima. A mudança foi aprovada pelo Plenário no Projeto de Resolução (PRS) 50/12, de José Agripino (DEM-RN).

Ronaldo Cunha Lima, ex-senador e ex-governador da Paraíba, empenhou-se na implantação e no bom desempenho do Interlegis em seu mandato no Senado.

O senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), filho do homenageado, fez um discurso de agradecimento quando a homenagem foi aprovada na Comissão de Educação e Cultura (CE).

— Enorme é a emoção pela homenagem a esse humanista — disse Cássio.

O senador destacou que o Interlegis tem propiciado a muitas casas legislativas acesso a equipamentos de informática, programas e treinamento de servidores.

Ronaldo Cunha Lima (1936—2012) foi poeta e o único político brasileiro que ocupou, com exceção da Presidência da República, todos os cargos eletivos existentes no país: foi vereador, prefeito, governador, deputado estadual, deputado federal e senador.



Reunião do Interlegis com representantes das assembleias legislativas ocorreu junto com encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo

Em fórum, diretores-gerais compartilham conhecimento

Um acréscimo ao desenvolvimento da gestão pública. Essa foi a avaliação sobre o 8º Encontro Nacional de Diretores-Gerais das Casas Legislativas, que ocorreu na sede do Interlegis, em Brasília, no final de novembro.

O bom desempenho do evento se deve ao fato de ser uma oportunidade para que diretores de câmaras municipais e assembleias legislativas apresentem e discutam problemas comuns às casas legislativas.

Nessa última edição, soluções para situações pontuais foram propostas, surgidas da troca de experiências entre os participantes. Os temas compuseram um diversificado painel de palestras, como controle interno e planejamento de ações no modelo de gestão de qualidade.

Haroldo Tajra, diretor do Interlegis, afirmou que o fórum é um momento oportuno para troca de experiências e informações, que, posteriormente, serão

utilizadas no desenvolvimento mútuo da gestão nas casas.

A ideia foi corroborada pelo presidente do Fórum de Diretores-Gerais das Casas Legislativas, Heraldo Marinelli, que explicou como a participação pode ajudar nos desafios de câmaras e assembleias:

— Tanto umas quanto as outras têm recursos limitados. Por isso, a discussão de assuntos comuns ajuda a dar soluções mais rápidas, que teriam maiores gastos

se fossem pautadas separadamente em cada casa.

Alaôr Marques, diretor de Planejamento da Assembleia Legislativa de Minas, destacou os ganhos de um encontro desse porte para as casas legislativas. Na ocasião, ele falou sobre a apropriação que cada um faz das informações trocadas de forma a aplicar as ferramentas disponíveis no próprio ambiente em prol da melhoria na execução das rotinas.

Oficina ensina rito de posse de vereadores

Desde o início de dezembro, o Interlegis tem visitado diversas câmaras para promover a oficina de posse dos novos vereadores. O curso dá subsídios para que a cerimônia daqueles que ingressam na vereança, ou foram reeleitos, além de prefeitos e vice-prefeitos eleitos, ocorra dentro do rigor da lei e da correta aplicação das regras cerimoniais exigidas em tais ocasiões.

A oficina tem carga horária de 12 horas-aula e contempla na programação palestras sobre a posse e sua base legal, a sessão solene, a organização de eventos e as providências necessárias para a cerimônia.

A iniciativa do Interlegis obteve grande aceitação entre as casas legislativas. Em Betim (MG), por exemplo, a oficina foi prestigiada por servidores de dez outras câmaras da região. Na oficina de Brasília, representantes de São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul e Minas Gerais estavam entre os inscritos.

Além de Minas e Brasília, o curso já foi ministrado em Natal, com participação de municípios vizinhos.

Ano teve muitas publicações e parcerias

Em 2012, particularmente no segundo semestre, houve um grande incremento nas publicações do Interlegis. Foram lançados três volumes: *Orientações e Sugestões para as Cerimônias de Posse dos Vereadores, Prefeitos e Vice-Prefeitos Eleitos*, de Francisco Biondo; *Declaração Universal da Democracia*, documento aprovado pela União Interparlamentar; e *Funcionamento do Poder Legislativo Municipal*, de Guilherme Wagner Ribeiro.

Além deles, a parceria do Senado com a USP produziu os primeiros quatro volumes da série *Cadernos Normativos*, com os seguintes temas: “Preservação do patrimônio ambiental municipal”, “Tributos municipais”, “Política pública de uso de software livre” e “Políticas públicas municipais de proteção ao trabalhador”.

São todos de interesse dos vereadores e das comunidades às quais servem, com informações e orientações práticas.

Por fim, foi lançada a *Interlegis Brasil em Revista*, com informações para o exercício do mandato dos vereadores eleitos em outubro. Todas elas estão disponíveis no portal do Interlegis (www.interlegis.leg.br) e na Biblioteca Digital do Senado (www2.senado.leg.br/bdsf).

